

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 5.785, DE 2001

Torna obrigatório o uso de garrações descartáveis na comercialização de água mineral em todo o território nacional e sua regularização do uso dos garrações junto ao órgão competente do Ministério da Saúde.

Autor: Deputado DINO FERNANDES

Relator: Deputado RONALDO VASCONCELLOS

I - RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o projeto de lei epigrafado, que objetiva tornar obrigatório o uso de garrações descartáveis de vinte litros na comercialização de águas minerais.

Estabelece ainda que tais vasilhames deverão ser regularizados (sic) junto ao órgão competente do Ministério da Saúde, e atribui à Secretaria de Vigilância Sanitária o zelo pelo cumprimento das disposições da norma proposta.

Justifica o ilustre Autor sua proposição, alegando que a medida se torna imperiosa em vista das constantes irregularidades detectadas nas embalagens de plástico comum, com sérios riscos à segurança do consumidor.

A propositura foi distribuída, pela ordem, às Comissões de Economia, Indústria, Comércio e Turismo; de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e de Constituição e Justiça, cabendo-nos a Relatoria, neste primeiro Colegiado.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nossas considerações ater-se-ão ao mérito econômico da proposição, em respeito ao disposto nos arts. 32, VI e 55 do Regimento Interno.

Sob tal ótica, acreditamos que o projeto não mereça prosperar. Com efeito, embora meritória a preocupação do ilustre Autor com relação a problemas de ordem sanitária que podem se verificar quando do envasamento das chamadas “águas minerais”, cabem algumas observações relevantes.

A primeira delas é a de que o processo de extração e engarrafamento de líquidos do gênero está sujeito a contaminação em praticamente todas as suas etapas, não nos parecendo que o expediente de utilizar embalagens descartáveis de vinte litros elimine o problema.

Em segundo lugar, dados os grandes volume e peso contidos, a embalagem em tela exige características de resistência em tudo diferentes daquelas embalagens que envasam volumes de 1500 ml ou mesmo 500 ml. Face ao grande consumo de material plástico envolvido, essencial à resistência da embalagem, o custo da mesma é significativo, seu descarte representando um ônus injustificável para a indústria.

Vale ainda enfatizar, embora aparentemente refugindo ao espectro temático desta Comissão de Economia, que uma das maiores pragas ambientais que o mundo enfrenta em nossos dias são as embalagens descartáveis de polietileno (PET), que, por sua baixa degradabilidade, infestam as redes pluviais, as barragens e os lixões de todas as cidades brasileiras, ajudando a provocar enchentes e outras catástrofes cujos prejuízos se manifestam tanto no aspecto econômico como no social.

Acreditamos, destarte, que a sanidade desses produtos não depende somente da descartabilidade da embalagem, já que outros, como as cervejas, utilizam-se várias vezes do mesmo vasilhame, mas sob rígidas

condições de desinfecção e limpeza, aferidas pelos órgãos da vigilância sanitária.

Ademais, o projeto, ao propor a comercialização somente dos aludidos garrafões, deixaria o mercado órfão das embalagens mais utilizadas, que são as de até 1,5 litro, o que provocaria a ressurreição das chamadas “vendas a granel”, isto é: o comerciante transferiria líquido dos garrafões para embalagens menores, estas sim, sujeitas a toda sorte de contaminação, para atender às necessidades dos seus clientes.

Por todo o exposto, **votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.785, de 2001.**

Sala da Comissão, em de de 2002 .

Deputado **RONALDO VASCONCELLOS**
Relator